



**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O GOVERNADOR DO BANCO DE
MOÇAMBIQUE, ROGÉRIO LUCAS ZANDAMELA**

POR OCASIÃO DA ABERTURA DO ANO ACADÉMICO NA UNIZAMBEZE

*“A Importância da Inclusão Financeira na Dinamização do
Desenvolvimento Económico”*

Beira, 21 de Março de 2024

Magnífico Reitor da Universidade Zambeze,

Magníficos Reitores das Instituições de Ensino Superior em Moçambique,

Caros Professores e Estudantes,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Muito Boa tarde!

Antes de começar a falar sobre o tema de hoje, **“Importância da Inclusão Financeira na Dinamização do Desenvolvimento Económico”**, gostaria de agradecer o convite que me foi formulado pela UniZambeze, para desempenhar o papel de orador por ocasião da abertura do ano académico nesta privilegiada instituição de ensino superior.

Permitam-me que enderece uma saudação especial à Direcção da UniZambeze, aqui representada pelo Magnífico Reitor, Professor Doutor *Bettencourt Capece*, por ter seleccionado o Banco de Moçambique para debruçar-se sobre um tema tão importante e actual.

A minha expectativa é que, no final desta intervenção, tenhamos a mesma convicção, de que **sem inclusão financeira, dificilmente teremos um desenvolvimento equitativo, sustentável e inclusivo.**

Por outras palavras, sem inclusão financeira não teremos um desenvolvimento que sirva os interesses e as necessidades dos mais desfavorecidos na nossa sociedade, o que pode fomentar graves desigualdades sociais que podem desaguar em convulsões sociais.

Para chegar a essa conclusão, irei centrar a minha intervenção em três tópicos.

Primeiro, abordarei o papel da inclusão financeira no impulso ao desenvolvimento económico.

Segundo, irei elaborar sobre onde estamos quanto à inclusão financeira em Moçambique, comparando com a região e o mundo.

Terceiro, irei apresentar alguns desafios e perspectivas.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

A questão de fundo é: qual é o papel da inclusão financeira no impulso ao desenvolvimento económico?

Mas antes de apresentar os meus argumentos sobre esta questão, e porque estamos na academia, permitam-me que apresente o conceito de inclusão financeira que estou a usar e que ilustre a importância da temática.

A inclusão financeira é o processo de **conhecimento, acesso e uso efectivo**, por toda a população, **de produtos e serviços financeiros**, fornecidos por instituições reguladas, contribuindo assim para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar social.

Na prática, é a possibilidade de **todos nós**, e sobretudo os mais desfavorecidos, **realizarmos pagamentos**, poupanças, seguros, obtermos crédito, entre outros serviços financeiros, **de forma segura, sustentável, digna e a preços acessíveis**.

No contexto moçambicano, é muito importante discutirmos sobre a inclusão financeira e sua ligação com desenvolvimento económico, principalmente, porque o país apresenta altos níveis de pobreza, conforme ilustram os indicadores socioeconómicos, dos quais passo a citar alguns.

Primeiro, Moçambique é classificado como o 7.º país com a maior incidência da pobreza no mundo, de acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional;

Segundo, 62% dos moçambicanos vivem abaixo da linha da pobreza absoluta, isto é, com menos de 2 USD/dia, de acordo com os dados do INE;

Terceiro, Moçambique é o 13.º país com o maior nível de desigualdade, medida pelo Índice de Gini.

Quarto, Moçambique é um dos países com um enorme défice de infra-estruturas, segundo o Banco Mundial.

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

É nossa convicção que essas deficiências só podem ser ultrapassadas com o grande contributo da inclusão financeira, onde a população menos privilegiada tem cada vez mais acesso e uso dos produtos e serviços financeiros.

Assim, o papel da **inclusão financeira é de facilitador-chave** na promoção do crescimento económico e na redução das desigualdades e da pobreza, porque com inclusão financeira, as famílias e as empresas têm acesso aos serviços financeiros formais, e com isso várias janelas de oportunidade abrem-se e gera-se um ciclo de inúmeros benefícios para toda sociedade.

Permitam-me que ilustre esta ideia com alguns exemplos.

Primeiro, no caso das famílias, a inclusão financeira permite que a custos relativamente baixos, as pessoas possam aceder, instantaneamente, a uma vasta gama de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras, mesmo residindo em zonas remotas.

Abrem-se, assim, oportunidades para gerir fluxos irregulares de rendimentos, para fazer face a despesas inesperadas de saúde, educação, ou poupar para a reforma.

Permite, por outras palavras, a suavização do consumo, melhorando assim a resiliência das famílias face aos choques.

Existem vários exemplos no mundo que ilustram que pessoas que passaram a receber os seus rendimentos através de uma conta bancária (ou de moeda electrónica) duplicaram suas poupanças e melhoraram a gestão do seu ordenado mensal (é o caso de alguns países do sudoeste asiático e alguns países africanos como o Uganda, Quênia e Nigéria).

Segundo, no caso dos provedores de serviços financeiros, como os bancos, instituições de moeda electrónica e outros provedores de serviços financeiros, que, em geral, estão em busca permanente de mercados, encontram na inclusão financeira a forma natural de ampliar a escala dos seus serviços financeiros.

A poupança da economia, que de outro modo seria ociosa, passa a ser canalizada para o investimento por intermédio dos provedores de serviços financeiros e de meios cada vez mais inovadores.

Só para referência, nos últimos dois anos, os níveis de poupança ascendem em média os 17% do PIB.

Terceiro, no caso do Estado, em que a eficiência dos serviços e das políticas públicas aumentam com a inclusão financeira, pois, as transferências do Estado para as famílias e empresas, o pagamento de salário e de impostos, por via de contas bancárias ou de moeda eletrónica, possibilita a redução da corrupção, porque facilita a supervisão.

Ainda no caso do Estado, a inclusão financeira melhora a eficiência e a transparência nas transações financeiras, e em suma, melhora as políticas públicas em benefício dos cidadãos.

Na verdade, as experiências internacionais reforçam o papel dinamizador da inclusão financeira no crescimento e no desenvolvimento económico.

No **Quénia**, por exemplo, há evidências de que o dinheiro móvel tirou da pobreza cerca de 194.000 famílias, equivalente a cerca de 2% da população.

Por outro lado, na zona Ásia-pacífico, os estudos sugerem que um aumento de um por cento no índice de inclusão financeira está associado a um aumento cumulativo de 0,2 por cento no crescimento do rendimento per capita ao longo de um período de cinco anos.

Em reconhecimento ao seu **papel no impulso ao desenvolvimento**, a inclusão financeira tem estado no centro das atenções de diferentes autoridades e organismos, há já algumas décadas.

É o caso da **Alliance for Financial Inclusion** (AFI), uma organização líder em políticas de inclusão financeira, que congrega 86 instituições, dentre reguladores financeiros, com destaque para bancos centrais, ministérios e instituições que trabalham para a inclusão financeira em 81 países membros.

É, também, o caso da **Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**, que elegeu, em 2015, a inclusão financeira como sendo, à par de outros, um elemento com potencial de facilitar o alcance de 8 dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, tendo cada um desses objectivos uma meta para a inclusão financeira.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Acabo de apresentar elementos que sustentam a ideia de que a inclusão financeira aumenta o empoderamento económico, o que, por sua vez, melhora o bem-estar social.

A questão que agora se coloca é sobre o que Moçambique está a fazer nesse domínio?

A resposta a esta questão é matéria para o segundo tópico da minha apresentação, que no fundo remete-nos às acções realizadas no âmbito da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, aprovada em 2016, como parte da Estratégia do Governo de Moçambique para o Desenvolvimento do Sector Financeiro.

Em linhas gerais, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, que vigorou até 2022, identifica medidas de política, acções prioritárias e métricas para monitoria, envolvendo todos os sectores afins, visando a construção de uma sociedade financeiramente incluída em Moçambique.

Vou, nos próximos minutos, elencar algumas acções realizadas nos últimos anos que concorreram para melhoria da inclusão financeira em Moçambique, desagregando em três vertentes: *acesso e uso dos serviços financeiros, infra-estruturas financeiras e protecção ao consumidor e educação financeira*.

No âmbito do acesso e uso dos serviços financeiros, destacam-se os seguintes três marcos importantes:

Primeiro: Foi introduzida a conta bancária básica no sistema bancário nacional, ou seja, uma conta especial de depósito à ordem, com requisitos simplificados de identificação para a sua abertura, que visa permitir que as famílias carenciadas tenham contas bancárias em condições mais flexíveis.

Segundo: Foi criada a figura de agentes bancários e de agentes não bancários, que permite uma maior expansão dos serviços financeiros, com maior enfoque para as áreas mais recônditas do país, onde não há presença física de bancos.

Para o benefício da maioria, quando falamos de agentes não bancários, referimo-nos às pessoas singulares ou colectivas contratadas pelas instituições de moeda electrónica para prestarem serviços em seu nome, podendo ser serviços de abertura de contas de moeda electrónica, recebimentos e levantamentos de valores, entre outros.

Enquanto o agente bancário é uma pessoa singular ou colectiva que, para além da sua actividade principal (por exemplo comerciante), também presta serviços financeiros básicos, em representação de uma instituição de crédito (banco, microbanco ou cooperativa de crédito), como por exemplo, depósitos, levantamentos, transferências, entre outros.

Terceiro: Em reconhecimento do papel central e revolucionário das *fintechs* na inclusão financeiras e aproveitando o avanço das tecnologias, foi lançado, em 2018, o *Sandbox* regulatório, uma

iniciativa que visa aumentar a oferta de provedores de serviços digitais na economia, de forma segura e competitiva.

Foi assim que com o acompanhamento permanente do Banco de Moçambique, foi possível testar e aprovar no Sandbox regulatório 17 produtos/serviços financeiros desenvolvidos por *fintechs* e *start-ups*, o que irá facilitar o seu processo de licenciamento porque tiveram acompanhamento do regulador.

No âmbito do fortalecimento da infraestrutura financeira, também registamos avanços significativos, com destaque para três reformas.

Primeiro: Foi implementada a interoperabilidade entre as instituições de moeda electrónica e os Bancos.

Com a interoperabilidade, as transacções realizam-se de forma mais rápida e flexível, e estão ao alcance de todos, independentemente do provedor de serviço, aumentando, assim, os benefícios para o consumidor financeiro, com destaque para o alcance da maior parte da população que se encontra em zonas recônditas.

Segundo: Foi implementada a Central de Registo de Garantias Mobiliárias pelas instituições de crédito que operam no país, o que não só contribui para o alargamento de bens aceitáveis pelas instituições financeiras como garantia, como também concorre para a melhoria do ambiente de negócios.

No fundo, este regime autoriza a utilização de coisas móveis (mobiliário, eletrodomésticos etc.) como garantia do cumprimento das obrigações junto das instituições financeiras autorizadas.

Terceiro: Em linha com as boas práticas internacionais, foi introduzida a tecnologia *contactless*, que permite a realização de transacções de forma cómoda, segura e saudável.

No domínio da protecção do consumidor e educação financeira, destacam-se quatro realizações:

Primeiro: Conteúdos de Educação Financeira passaram a integrar o currículo nacional, nas suas primeiras classes, para moldar o futuro da sociedade.

Segundo: Foram introduzidas penalizações severas para as instituições financeiras que violem os direitos dos seus clientes, incluindo reclamações não atendidas, prestação de informação financeira não fiel e fidedigna, publicidade enganosa, entre outras.

Por exemplo, só em 2023, foram penalizadas 5 instituições, que resultaram em multas de mais de 46 milhões de Meticaís.

Terceiro: Foi estabelecido um Código de Conduta das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e de Proteção ao Consumidor, que reforça os deveres das instituições para com os seus clientes, conferindo maior protecção aos consumidores financeiros; e

Quarto: Foi realizado o inquérito nacional às necessidades de educação financeira, o que permitiu identificar os níveis e a complexidade da literacia e inclusão financeira da população moçambicana e as prioridades nacionais de actuação nestas áreas.

Como resultado dessas reformas, o país está cada vez mais a melhorar os níveis de inclusão financeira.

Hoje, **todos os distritos** do país têm pelo menos um **ponto de acesso** aos serviços financeiros;

Um terço da população moçambicana tem acesso **aos serviços bancários, e 93% da população** tem acesso **aos serviços das instituições de moeda electrónica;**

Temos em todo país, mais de **90 mil contas de moeda electrónica**, por cada 100 mil adultos;

Adicionalmente, estão em funcionamento mais de **1250 agentes de moeda electrónica**, por cada 100 mil adultos, em todo o país.

Como resultado da interoperabilidade, as transações aumentaram significativamente, entre 2022 e 2023, com destaque para as transferências de Bancos para Instituições de Moeda Electrónica que passaram de 61 para 888 mil transacções, bem como as transferências entre as Instituições de Moeda Electrónica, entre si, de 17,7 milhões para 74,7 milhões operações.

Ainda no capítulo de resultados, os níveis de literacia financeira da população, medidos pelo número de pessoas com conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros em matérias relacionadas com o planeamento financeiro, orçamentação e gestão de finanças pessoais, atingem os 51%, onde a literacia financeira digital ronda os 40%.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Apesar dessas realizações e conquistas, reconhecemos que há ainda muito por fazer, porque quando nos comparamos com alguns dos nossos pares continuamos atrás.

A título de exemplo, a nossa percentagem de acesso aos serviços bancários, de 31%, situa-se ainda abaixo da de países como Zimbabwe, com 46%, Nigéria com 40% e Lesotho com 39%.

Por outro lado, os níveis de literacia financeira de 51% continuam abaixo dos 70%, que, de acordo a OCDE, é o nível mínimo para que os indivíduos sejam considerados capacitados para a tomada de decisões financeiras com confiança e bem informadas.

Por isso, com os olhos postos no futuro, há que fazer uma retrospectiva para tirar lições da nossa actuação e de identificar os desafios a vencer, que é o terceiro e último tópico da minha intervenção.

O sucesso da nossa caminhada rumo a uma sociedade financeiramente inclusiva dependerá do reconhecimento de que a inclusão financeira depende da interligação entre cinco factores, que irei apresentar em forma de desafios.

Primeiro: a coordenação interinstitucional: para melhorar os níveis de inclusão financeira deve-se aprimorar a coordenação entre os diversos sectores de actividade económica e instituições do Governo. Assim, para a oferta de serviços adequados às necessidades da população é necessária a harmonização das estratégias sectoriais na definição das prioridades.

Segundo: ambiente jurídico-legal adequado: é necessário manter a contínua adequação do ambiente regulatório, para que este esteja em harmonia com o crescente desenvolvimento que se regista no sector financeiro nacional, com destaque para as inovações no sistema de pagamentos, devendo-se incluir, entre outras matérias, a necessidade de regulamentar a interoperabilidade entre as diferentes plataformas de instituições financeiras e meios de pagamento, a protecção do consumidor financeiro e os produtos e serviços inovadores, acautelando os riscos;

Terceiro: infra-estruturas básicas e tecnológicas adequadas: Esta condição preconiza a necessidade de haver um desenvolvimento de infra-estruturas básicas, como rede de estradas, telecomunicações e electrificação de qualidade, que são necessárias para o estabelecimento e funcionamento de representações de instituições financeiras em todas unidades administrativas;

Sobre este ponto, estamos cientes de que por mais avanço alcancemos, haverá sempre falhas temporárias nas comunicações, que podem interromper, temporariamente, a provisão de serviços financeiros, como acontece em todo o mundo, mas isso não mina os esforços empreendidos.

Quarto: condições macroeconómicas favoráveis: a melhoria dos níveis de inclusão financeira também depende das condições macroeconómicas prevalecentes no País.

Portanto, o Governo deve continuar a assegurar a estabilidade macroeconómica através da criação de um ambiente de negócios favorável ao investimento, da gestão prudente da política monetária e das finanças públicas; e

Por último, o compromisso do sector financeiro e outros sectores: o sucesso na implementação de acções tendentes à melhoria da inclusão financeira no País depende fortemente do compromisso firme dos actores do sector financeiro, do Governo, das instituições públicas, incluindo da área de telecomunicações, e da sociedade, em geral.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Para finalizar a minha intervenção, gostaria de realçar três aspectos a reter:

Primeiro: Dado o papel revolucionário das *fintechs* na promoção da inclusão financeira, o *Sandbox* regulatório continua a jogar um papel importante para que o Banco de Moçambique continue a apoiar as novas iniciativas num ambiente controlado.

Segundo: A inclusão financeira é uma matéria multissetorial e o seu sucesso só é possível com o comprometimento e engajamento de todos os actores relevantes, incluindo instituições públicas, os bancos comerciais, provedores de moeda electrónica e outros serviços financeiros, sendo o Banco de Moçambique apenas mais um interveniente.

Por último: A rápida expansão dos meios digitais, na economia doméstica e global, mostra de forma inequívoca que a aceleração do processo de inclusão financeira requer o continuo investimento em infraestrutura física e tecnológica robusta, segura e eficiente para alcançar, cada vez mais, a população em zonas mais recônditas, oferecendo uma diversidade de produtos financeiros.

Tendo dito isto, permitam-me que enderece muitos sucessos aos estudantes desta prestigiada instituição e manifeste a abertura do Banco de Moçambique em continuar a estreitar a cooperação com a Academia, para que juntos possamos buscar soluções à medida, para responder aos desafios crescentes nesta era de rápidos avanços tecnológicos na economia em geral e no sistema financeiro, em particular.

Muito obrigado pela atenção!